

Russell, Debra L. Interpreting in legal contexts: Consecutive and simultaneous interpretation. Burtonsville, MD: Linstock Press, 2002, 256 p.

Silvana Aguiar dos Santos*
Universidade Federal de Santa Catarina

Hanna Beer**
Universidade Federal de Santa Catarina

Debra Russel, presidente da *World Association of Sign Language Interpreters* (WASLI) desde 2011, é uma renomada pesquisadora da área de interpretação de ASL-Inglês (*American Sign Language*¹-Inglês) em contextos jurídicos. No ano de 2002, Debra publicou o livro intitulado *Interpreting in legal contexts: Consecutive and simultaneous interpretation*, o qual contribuiu significativamente para a formação de intérpretes de línguas de sinais que atuam no domínio jurídico. Nesse trabalho, organizado em cinco capítulos, verificam-se diversos temas pertinentes e frequentes no cotidiano dos intérpretes que atuam em diferentes espaços da área jurídica. A seguir, descrevemos de forma resumida o que cada capítulo apresenta.

¹ Língua de Sinais Americana é a tradução de *American Sign Language* (ASL).

* Professora do Departamento de Língua de Sinais Brasileira da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Estudos da Tradução e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

** Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais - InterTrads da Universidade Federal de Santa Catarina.



No primeiro capítulo, a autora situa o leitor sobre alguns dos fatos que contribuíram para a visibilidade dos intérpretes de ASL-Inglês em contextos jurídicos, sendo um deles a garantia de direitos às minorias linguísticas. O foco da pesquisa desenvolvida por Russel concentra-se em compreender melhor a acurácia dos serviços de interpretação de ASL-Inglês prestados nos tribunais para pessoas surdas, advogados e juízes. Segundo a autora, uma investigação que faça a comparação do uso da interpretação consecutiva e simultânea pode contribuir com o desenvolvimento de um serviço mais preciso no que tange à prática dos intérpretes. Em seguida, a pesquisadora apresenta sua perspectiva pessoal frente ao estudo realizado, contextualiza o leitor sobre sua trajetória profissional e acadêmica, exhibe um panorama do conteúdo tratado no livro e, por fim, aponta os conceitos principais trabalhados no decorrer da obra.

No segundo capítulo, Russel apresenta um panorama da literatura sobre a teoria da interpretação, seguido das seguintes seções: modelo do processamento cognitivo, modelo sociolinguístico e modelo de Seleskovitch. Nessas seções, problematizam-se as premissas, os pontos fortes e as críticas sobre alguns modelos, bem como os aspectos relevantes para a interpretação de ASL-Inglês. Em seguida, a autora discute as semelhanças e diferenças da interpretação entre as línguas orais e as línguas de sinais, ressaltando que os intérpretes de línguas de sinais não trabalham somente com duas línguas, mas também com duas modalidades. Além disso, Russel explica a atuação dos intérpretes nas diversas atividades nos tribunais e os desafios enfrentados no uso da linguagem jurídica. Na parte final do capítulo, são abordados os seguintes temas: a interpretação consecutiva e a simultânea, uma breve revisão da literatura sobre interpretação, as perguntas e objetivos da pesquisa e sua legitimidade, assim como os fundamentos que orientam o estudo.

O terceiro capítulo trata da análise quantitativa de quatro simulações de julgamentos, de modo a trazer à tona as diferenças encontradas quando se realiza a interpretação simultânea e a interpreta-

ção consecutiva. Na primeira parte do capítulo, são apresentados os resultados da análise e os dados coletados em ocorrências discursivas proferidas tanto em inglês quanto em ASL. Foram propostos os seguintes critérios: acurácia da interpretação; erros relativos ao modo de interpretação e ocorrências discursivas; erros por ocorrências discursivas; e a língua alvo da interpretação. Concluiu-se que (i) houve maior êxito na utilização da interpretação consecutiva; (ii) a recorrência de erros foi maior quando a ASL era a língua-alvo; e (iii) em alguns momentos, as informações adicionais que não compõem a interpretação em si (ora em ASL, ora em inglês) eram inacessíveis a ambos os grupos linguísticos, ou acessíveis a apenas um deles. Na segunda parte do capítulo, são apresentados os resultados referentes à modalidade de interpretação. Duas das simulações foram realizadas com interpretação na modalidade simultânea e duas na modalidade consecutiva. Os dados levantados nessa parte do capítulo tratam das estratégias de preparação do intérprete, tomada de notas, índices de êxito, erros recorrentes e características singulares. A partir da análise de tais dados, foi possível perceber maior acurácia da interpretação consecutiva nos dois julgamentos. Em contrapartida, padrões e estratégias comuns ocorreram na interpretação dos quatro julgamentos. Ao final do capítulo, a autora aponta a existência de diferenças bastante significativas entre as práticas de interpretação consecutiva e simultânea no decorrer dos julgamentos.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados da análise qualitativa. A autora descreve a dinâmica que os intérpretes adotam ao se prepararem para atuação nos julgamentos. Os dados que subsidiaram essa análise são oriundos de gravações feitas com os intérpretes e registradas em fitas cassete. Nesta parte do texto, são explorados os pontos centrais dessas conversas de preparação que se dão: entre os próprios intérpretes, entre intérpretes e peritos, e, por fim, entre intérpretes e advogados. Na segunda parte deste capítulo, são apresentados resultados pertinentes decorrentes de uma entrevista pós-julgamento, dos quais são listados os temas-chave

acompanhados dos subtemas relacionados a cada participante da entrevista. Os temas mais frequentes para advogados e juizes são: preparação/orientação, posicionamento, conferência de informação, correção do erro, controle da testemunha, dentre outras temáticas. Há em comum temas relacionados às testemunhas surdas e aos peritos, tais como: interpretação, comportamento do intérprete e tomada de notas. Em todos os casos, cabe ressaltar que embora esses temas sejam recorrentes, os subtemas a eles ligados se modificam de acordo com as demandas e papéis que cada participante desempenha no meio jurídico. Por outro lado, especificamente aos intérpretes, a autora destaca itens como: tomada de notas, trabalho em equipe e a influência da linguagem jurídica no processo de interpretação.

Finalmente, no quinto capítulo, são retomados os principais temas trabalhados no livro: interpretação consecutiva *versus* interpretação simultânea, gerenciamento de erros, ocorrências discursivas, experiência dos participantes (juizes, advogados, testemunhas surdas, peritos e intérpretes), estratégias de preparação e processo cognitivo (tomada de notas, modelo de interpretação, língua alvo e índices de erro). A partir desses elementos, Russel apresenta e explica a proposta de um modelo de atuação dos intérpretes no contexto jurídico. Esse modelo considera o papel do contexto, aspectos linguísticos e culturais, bem como o processo de escolha entre as modalidades de interpretação consecutiva e simultânea. Adiante, no mesmo capítulo, a autora retoma as informações adicionais da parte dos intérpretes nos julgamentos, que também ocorrem com frequência no contexto médico. Questiona-se a neutralidade e o papel do intérprete em tornar as informações acessíveis a todas as pessoas, uma vez que nem todas as informações desse tipo, feitas ora em ASL, ora em inglês, nos julgamentos, foram interpretadas. A seguir, são apresentadas as contribuições do estudo realizado de acordo com os seguintes critérios: (i) a falta de pesquisas sobre a interpretação no contexto jurídico; (ii) o predomínio da interpretação simultânea nas línguas de sinais, ao contrário das línguas orais

em que predomina a interpretação consecutiva; (iii) a tendência dos intérpretes em ressaltar a importância da preparação junto aos participantes dos julgamentos; (iv) uma aparente falta de informações acerca da compreensão da mensagem fonte e sua reconstrução na língua alvo, provenientes da tomada de notas; e (v) a ausência de pesquisas que incluam as experiências de todos os participantes no tribunal que dependem da interpretação. Em continuidade, a autora aponta, a partir dos resultados, as implicações de sua pesquisa para os intérpretes e para os formadores de intérpretes, no que concerne às práticas que visam maior acurácia na interpretação, principalmente no contexto jurídico. Ademais, são feitas recomendações e sugestões com base nos resultados do estudo e são apresentadas, sob o ponto de vista de Russel, algumas limitações deste, a saber: (i) a possível influência da pesquisadora sobre os resultados; (ii) o fato de os julgamentos analisados não serem reais, mas simulados; (iii) a limitação na generalização dos resultados por conta de a análise ter sido restrita a apenas quatro julgamentos. Por fim, ressalta-se que, para que seja oferecida uma interpretação com a melhor qualidade possível, é necessário que haja uma mudança no que tange à supervalorização da prática da interpretação simultânea em detrimento ao uso da interpretação consecutiva, bem como uma maior abertura a novas estratégias.

Após essa breve explanação da obra de Russel, ressaltamos que no Brasil o campo da interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para o Português, e vice-versa em contextos jurídicos é incipiente, tanto no que se refere à pesquisa quanto à atuação propriamente dita. Tal área carece de pesquisas que evidenciem as principais demandas, dificuldades e desafios dos intérpretes nesse contexto específico de trabalho. Além disso, a necessidade de formação específica para os intérpretes de Libras-Português que atuam no contexto jurídico é urgente, uma vez que a comunidade surda tem cada vez mais buscado seus direitos. Dessa forma, recomendamos *Interpreting in legal contexts: Consecutive and simultaneous interpretation* como leitura indispensável para os intérpretes

e pesquisadores em Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais. Ao apresentar um panorama teórico dessa literatura, discutir sobre os julgamentos simulados e orientar a atuação dos intérpretes, essa obra representa uma riquíssima contribuição aos profissionais e pesquisadores da área, já que considera todos os participantes presentes no meio jurídico. Esta resenha buscou divulgar este trabalho, que pode contribuir para o desenvolvimento de pesquisas em interpretação de língua de sinais no contexto jurídico, além de suscitar uma possível articulação entre a interpretação de língua de sinais e a de línguas orais em nosso país.

Recebido em: 12/12/2016

Aceito em: 22/02/2017

Publicado em maio de 2017